

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A INFORMALIDADE ANTROPOLOGICA DO ENTRONCAMENTO-ETNOGRAFIAS DE UM LUGAR

Breno Rodrigo de Oliveira Alencar (UFPA)

Kirla Corina dos Santos Anderson (UFPA)

A INFORMALIDADE ANTROPOLÓGICA DO ENTRONCAMENTO: ETNOGRAFIAS DE UM LUGAR.

Este artigo versa sobre um dos principais elementos constituintes da realidade existente no espaço do Entroncamento: a informalidade ocupacional. Por localizar-se na principal via de acesso rodoviário da cidade de Belém e se constituir como local de referência junto aos seus habitantes, o mesmo aglutina distintos personagens entre moradores, feirantes, fregueses, fiéis, prostitutas, ladrões, mendigos, mas principalmente trabalhadores que convivem e vivem rotineiramente os universos do qual fazem parte, seja no decorrer do dia, da noite e nos mais diferentes momentos do ano. A pesquisa se empenha em discutir não só estes universos, mas a maneira de distribuição espacial vinculada a eles, na qual redes de sociabilidades surgidas entre os seus moradores e freqüentadores conjugam, influenciando e determinando, meios de “ganhar a vida” com transformações urbanas e sócio-econômicas verificadas no decorrer de sua existência, cerca de três décadas. Para isso faz-se necessária a utilização da metodologia etnográfica, assim como de referencial teórico à ela relacionado e que se baseia em pesquisas anteriormente desenvolvidas junto as feiras-livres, mercados e comércios ali existentes.

A informalidade antropológica do Entroncamento: etnografias de um lugar.

Antropologia Urbana e Informalidade

Neste ensaio explico sistematicamente a relação entre o setor informal existente no espaço do Entroncamento e sua dimensão contextual, uma vez que exponho, etnograficamente, as manifestações de sociabilidade originadas entre seus membros. Ao mesmo tempo conjeto sobre práticas e representações verificadas no conjunto das transformações urbanísticas pelas quais passaram o lugar. Neste sentido propõe-se elucidar tal fato de maneira eloqüente à luz dos estudos sobre a categoria pedaço, na qual Magnani (1998) enfatiza a realidade de determinados lugares como sendo definidos pela peculiar rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência e vínculos afetivos.

Esta informalidade, no entanto, para adquirir efeito em nossos objetivos, deve ser compreendida como um elemento fundamental para se entender a dinâmica processual de construção dos espaços de dominação e poder no local, abrangendo dimensões estruturais, relativas ao grupo, de controle econômico dentro deste universo de resignificações que é a cidade. São feirantes, vendedores ambulantes, camelôs que controlam e determinam a estrutura de ocupação da área, delimitando, através de um jogo de códigos de conduta e comportamento, a lógica de movimentos, sons, sentidos e mentalidades identitariamente múltiplas e cuja circulação por entre seus membros revela a consistência desse mosaico cotidiano que é o Entroncamento. Ambas perspectivas—antropologia urbana e informalidade—portanto, somam-se nesse cenário cuja percepção, entorpecida pelo “óbvio” das classificações, não permite informar ao leigo sobre regras e modelos de funcionamento que ordenam o fluxo da vida daqueles que compõem um dos mais importantes espaços da capital paraense.

O Entroncamento como lugar

Quando sou acordado pelo turbilhão de sons vindos da rua em frente à vila onde moro e observo pela janela o universo de casas, paredes, grades e mangueiras que me rodeiam percebo que este é o único espaço do mundo que me acolheu. Entre todos aqueles possíveis lugares que poderia ter escolhido em minha vida para viver, vejo que somente este me conduziu a reflexão daquilo que sou, mostrando a humanidade que habita em mim. Humanidade, que nestes tempos modernos tem muito se confundido com urbanidade, e que

envolta nas selvas de pedra nos leva a pensar que a cidade se faz somente de concreto, ferro e asfalto. Disto algumas coisas são verdades, mas ainda é possível afirmar que ela é muito mais que isso. Invisto aí, como alternativa, um olhar antropológico sobre cenas e um cenário histórico, que ainda nos permite sentir os passos dados nas calçadas, a passear pelas ruas ou em meio à correria de medo dos carros, refugiando-se nos esconderijos—lares e bares—assim como interpretar jogos sutis que acontecem a todo instante.

Nossa proposta, desmascarar o Entroncamento, conjuga, além dessa alternativa, o caráter de percepção sobre esse lugar de múltiplos significados, que ocupa estrategicamente a principal zona de interligação da região metropolitana de Belém com o restante do Estado e do país, na qual sua localização é demarcada física e socialmente pela memória daqueles que vivem suas histórias e por aqueles que freqüentam ou em algum momento da vida ouviram falar dele. Entre prédios e lojas, monumentos e ruas, pessoas o constroem, através de imaginações e histórias compartilhadas, como num mosaico de informações, contradições e lembranças que aparentemente estão obscurecidas pela sua multiplicidade. Há nisso um envolvente contexto teatral, pois cada momento vivenciado nele revela um enredo diferente, entre gestos, práticas, movimentos e falas que surpreendem até o mais nativo de seus membros. Vedana (2005) é quem mais nos ajuda a compreender este contexto. Seus estudos sobre o caráter performático das feiras no centro de Porto Alegre mostram um ambiente recheado de sentidos e que estão em constante dinâmica (movencia, segundo ela).

Na obra *A Cidade na História*, Munford retrata esses aspectos e demonstra a existência de uma rota necessária para a expansão urbana, na qual estradas e lugares, como é o caso do Entroncamento, se transformam em “linhas da vida”. De acordo com este autor as rotas “preservam e manifestam a própria dinâmica de crescimento da cidade, que necessita expandir suas fronteiras para salvaguardar seus interesses” (MUNFORD, 2004. p. 85-6). Em outro momento destaca a complexa rede de organização destes lugares que funcionam como centros de armazenamento e distribuição, assim como evidencia a presença do templo, cujo deslocamento histórico diante da modernidade pode ser reproduzido na presença do shopping, esse espectro de formalização mundial do comércio urbano, que também pode ser visto no contexto do Entroncamento pela presença do Shopping Castanheira.

E possível avançar nesta questão mostrando que sua configuração espacial resulta de inúmeras transformações urbanísticas ocorridas no final do século XX. Ele sentiu o efeito de um crescimento desordenado que trouxe consigo sérias mudanças não só no aspecto físico, devido sua ocupação, mas no âmbito das mentalidades que se redefiniram conjugando tradição e memória a processos de modernização estrutural expressamente distintas daquelas

existentes décadas antes. Maneiras de ser e fazer são significativamente dinâmicas e, portanto são percebidas como fruto de ações coletivas desencadeadas pelos seus *habitués* (entre residentes e trabalhadores), agentes públicos, como o governo em suas diversas esferas, e também por aqueles que freqüentam habitualmente as feiras, o shopping Castanheira, a igreja Universal, pois ambos em comum contribuíram definindo e delimitando as fronteiras, que neste caso estão salvaguardadas pelo momento histórico atual e que se submetem a reelaborações culturais identitariamente distintas, de nordestinos, indígenas, negros, caboclos e camponeses.

O contato visual com sua arquitetura e a sonoridade de seu movimento é sentido por qualquer um de nós que deseja adentrar o universo da metrópole paraense, justamente por que é obrigatório na vida de quem circula por Belém. Excluindo aqueles que realizam seu percurso viajando pela região de navio ou avião, todos passam por alguma de suas quatro avenidas: Almirante Barroso, Pedro Álvares Cabral, Augusto Montenegro; assim como pela rodovia Br-316. Ambas permitem ao transeunte circular em direção ao centro comercial e financeiro da cidade assim como sair dela em direção ao distrito de Icoaraci e ao interior do Estado, passando por Ananindeua (que neste caso ainda faz parte da Região metropolitana) e Castanhal, as maiores cidades do Nordeste do Pará. Recentemente estas vias foram ampliadas para compor o que hoje podemos chamar de Complexo Viário do Entroncamento, obra que tinha por objetivo “desafogar” o trânsito da área e fazia parte de uma idealização que remontava aos anos de 1980, mas que se prolongou até os dias atuais. Iniciada em 2001 foi por diversas vezes paralisada tendo como principal causa os inúmeros conflitos orçamentários entre o governo municipal, estadual e federal.

A principal via de acesso do local continua sendo, desde sua conclusão, a Br-316 que está localizada na zona sul do Entroncamento e ainda mantém em destaque uma placa verde que exibe seu marco zero (na confluência com a Avenida Almirante Barroso). Ela é resultado do processo de “incorporação” da Amazônia realizada no governo Kubitschek (década de 1960), onde atendia a uma necessidade e ao mesmo tempo ideologia de integração, pois se tratava da principal rota de ligação entre a região Norte (via Belém) e a região sul do país (via Brasília). Um importante aspecto resultante do empreendimento de sua construção foi o fluxo migratório que se desencadeou num processo de tal forma impactante que contribuiu para uma ocupação em massa dos estornos da cidade, num processo de periferização crescente que ainda hoje é sentido, principalmente nas áreas adjacentes do Entroncamento como Castanheira, Guanabara, Marambaia, todos influenciados pela onda migratória pós Br-316. Em geral orientados pelo grande fluxo de populações oriundas da região nordestina e de

outras do próprio estado do Pará, estes núcleos habitacionais viram sua história ser elaborada por práticas concernentes a realidade de origem dos migrantes que as ocupam, como formação de feiras, pequenos tabernas, estilos de vida e até na arquitetura das ruas e casas.

Na intenção de expor representações deste aspecto procuro apresentar falas que foram obtidas em contatos informais com moradoras do centro comercial da cidade de Belém, principalmente aqueles localizados em áreas estilisticamente tradicionais, como Cidade Velha, Batista Campos, Nazaré. Lá foi possível presenciar inúmeras manifestações que conjeturam sobre as práticas de identificação dos “estranhos” ocupantes da área do Entroncamento e de outras regiões da cidade. Aqui o que se observa é uma apropriação, por parte dos “de dentro”, de características identitárias que ainda ocupam a memória daqueles que participaram daquele momento de progressiva entrada de migrantes na área urbana da cidade. Em uma reunião de aniversário na casa de C.R., um grupo de senhoras comentava:

— “Essa gente [nordestinos] veio para cá trazendo miséria, e formaram essa bandidagem que você vê aí. Eles são uns bandos de vagabundos. E depois que fizeram aquela estrada [Belém-Brasília] montaram nos pau-de-arara e vieram morar pra cá”.

— “Encheram a rua de mendigo e de ladrão. Já viu como tá a Praça da República?”.

O que denuncia não só um estigma patente, mas a identificação localizada de um preconceito étnico manifestado historicamente, e que ainda se perpetua no conjunto das relações entre “os de fora” (e ainda estranhos) e aqueles que se consideram “do lugar”. A Br-316 assume neste contexto o papel de trazer, em meio a uma rota dantesca, uma população para a cidade periferizada, onde o inferno—aquele de Dante—não se encontra referido no horizonte em que habitam, mas na localização social que ocupam, pois estão fora de um conjunto de valores tradicionais que imperam e demarcam a relação com o passado e o presente de sua história. Bauman num artigo interessantíssimo afirma que estes estranhos chegam a ser inimigos, se referindo a sua condição de exterioridade em que “podem envenenar o conforto da ordem com a suspeita do caos” (Bauman, 1990. p. 158).

Na Br-316 encontramos os trabalhadores mais versáteis do lugar. Eles se destacam pela forma como abordam sua clientela, que está, geralmente, dentro dos ônibus que circulam em meio ao intenso tráfego da área. Entre assovios, gritos e correrias eles se contorcem por entre os automóveis vendendo frutas amarradas em paneiros (maçã, laranja), água, sucos, refrigerantes, cervejas, doces, biscoitos e tudo o que o freguês-passageiro pedir. Todos que

circulam com essas mercadorias penduradas e enroladas pelo corpo são homens, em geral jovens com faixa etária de cerca de vinte a trinta anos. Ainda encontramos pessoas mais idosas que combinam irreverência e passos lentos para chegarem aos seus clientes, mas que progressivamente vêm perdendo espaço no local devido à concorrência *desleal* de adolescentes astutos que tomam a frente na hora de abordar uma solicitante janela de ônibus.

Veza ou outra são presenciadas manifestações de intolerância entre vendedores que se sentem insatisfeitos com a abordagem feita por um outro no momento da venda. Nesse caso o combate corporal é eminente e só pode sofrer intervenção pelo gesto da separação promovida pelos outros vendedores e que se orientam nestes momentos de tensão pelo nível de relação pessoal em que os envolvidos têm diante deles e do grupo. Caras feias e insultos podem ser vistos e ouvidos. É essa função que tais gestos devem assumir já que norteiam o nível de representação e “moral”¹ que um indivíduo possui perante os outros.

Os trabalhadores citados até aqui ocupam uma área de calçada que se estende desde o início da curva que leva ao principal semáforo daquela região até a loja Esplanada que fica em frente ao Shopping Castanheira. Esse espaço de que falo esta sempre encharcado e sujo de lama devido as constantes chuvas que caem no local. Ele serve, além de ponto de venda, como parada de ônibus e pode ser visto no decorrer do dia e da noite sempre muito movimentado, com enorme contingente de pessoas entrando e saindo do shopping, vendedores de vale transporte, taxista e flanelinhas.

Do outro lado da avenida é possível avistar um enorme corredor de concreto ladeado por inúmeros feirantes que vendem, apertados contra o muro de um seminário católico, desde carteiras até tacacá. Oferecem como afirmam, “os mesmos produtos que você quer comprar no shopping só que com um precinho muito mais em conta”. Os mais diversos Cd’estão espalhados sobre lonas e tablados—como são chamados os compensados que estão sobre as barracas—, assim como brinquedos, eletrodomésticos, vestuários, acessórios e produtos de beleza. No decorrer deste percurso o jogo de imagens chama atenção seja pela colorida forma de distribuição dos produtos ou pela manifestação dos trabalhadores diante dos transeuntes em potencial que circulam na direção do shopping.

Caminhamos aqui em direção a um horizonte que orientado pelas suas vias apresenta uma região de fronteira, temática cara a nossa discussão e que pode ser encontrada na junção da Rodovia Br-316 com a Avenida Almirante Barroso, localizada a oeste do Entroncamento. Essa via, que possui o mais intenso fluxo veicular da cidade, há cerca de quatro décadas era chamada de Tito Franco, cuja denominação ainda pode ser encontrada nas saudosas lembranças daqueles que chegaram à Belém por meio dos trilhos da antiga estrada de ferro

Belém-Bragança que por ali passava. Hoje nada do trilho restou, apenas algumas iconografias e referências bibliográficas, que ainda citam aquele espaço, muito distante da cidade, envolvido num matagal imenso, coberto de lama e a meio-caminho da vila de Ananindeua. Os primeiros habitantes dos bairros, em geral oriundos da região nordestina do país e também, neste caso, do nordeste do estado do Pará, formavam pequenos aglomerados familiares e lá ocupavam demarcando fronteiras contíguas entre suas casas, os outros núcleos familiares e a rua—que naquele período ainda era chamado caminho—, num circuito de linhagens e parentesco ainda observáveis, pois expressas através do conjunto imobiliário existente no local.

O que se invoca neste contexto é a dimensão de formação deste espaço, que determinado pela relação de conflitos identitários, expressas na condição de acesso social a bens e serviços e pela discriminação étnica e racial, estimulou um grupo de residência a buscar, através de estratégias de parentesco, compartilhar do domínio de um espaço passando-o da condição de invasão ao de território legal de sua identidade. Essa manifestação via Almirante Barroso ainda é observada pela localização do parque de exposição, onde são feitas exposições agropecuárias e festas tipicamente nordestinas, como o forró.

O tráfego intenso de veículos é a marca da preocupação de muitas pessoas que moram ou tem de circular por ali. Em anos anteriores, antes do término das obras do complexo viário, era comum observamos alguns aglomerados que se formavam em trechos da Almirante Barroso. Eram pessoas que estupefatas paravam para ver acidentes, atropelamentos e corpos estirados no asfalto; em muitos dos casos isso contribuía para a formação de engarrafamentos quilométricos. Expressões como “vou ter que pegar a Almirante Barroso” em geral ainda encontram sobressaltos do tipo “então te prepara”, “ih! Nesse horário?”, o que reafirma uma relação perigosa entre a rota e o deslocamento humano, ambos impossíveis de serem conjugados naquele espaço controlado pela dinâmica acelerada do fluxo urbano. Dominá-lo neste caso é estar dentro dele, deixando-se conduzir em meio a veículos motorizados que recriam e sentenciam o lugar dos outros, à margem pelas calçadas ou no meio, mergulhados no sangue quente, do asfalto que desafiam.

Na Avenida Pedro Álvares Cabral, via que liga o Entroncamento ao centro pela área portuária da cidade, encontramos uma feira que é de significativa importância para a história e contextualização de tudo que falamos até aqui: a Feira da Prainha. Em estudos anteriores (cf. CONRADO & ALENCAR, 2005; ALENCAR, 2006a; ALENCAR, 2006b) a Prainha confirmou a condição de “pedaço” exposta por Magnani (1982), pois ali se configuravam relações de pertencimento múltiplo, onde os espaços não eram observáveis e importantes na

pesquisa somente pela expressão física de ocupação dos membros no lugar, mas também pelo compartilhamento de códigos de comportamento e conduta que revelavam a rede de relações expressas anteriormente. Esses códigos simbólicos que ali surgem podem ser analisados à guisa de interpretações sobre o movimento urbano histórico, do qual fala Munford (id.), pois se assemelham aos códigos lingüísticos e numéricos, que segundo ele relembram aqueles criados pelo oriente antigo para registrar transações, nominar atos e dar abecedário as regras.

Entre os quase quatrocentos feirantes que ocupam o local, muitos ainda remanescentes da antiga feira do Brilhante, falam que viviam num espaço “sujo”, “feio” e que pouco chamava atenção dos que *passavam* por ali, porém era o principal ponto de referência, além da feira da Marambaia, para se fazer compras, encontrar amigos, colocar as conversas em dia. Tarzan, um dos mais antigos feirantes do local, revelou ter sido obrigado a desocupar aquela antiga feira em vista das obras que se iniciaram no local (principalmente a construção do monumento em homenagem à Cabanagem). No decorrer da década de 1980 e 1990 os trabalhadores foram remanejados para o Batistão, um mercado retangular dividido em quatro setores: pescado, hortifrutigranjeiro, artesanato e alimentação. Porém verificamos que ao longo dos anos este mercado veio sendo desocupado progressivamente em decorrência das transferências de mercadorias para bancas e barracas na rua. Os feirantes, entre homens, mulheres, negros, brancos, crianças, jovens e idosos, afirmam com veemência a opção de trabalhar na rua, informalmente, pois é neste espaço que se sentem mais “livres” e ao mesmo tempo partícipes da relação com o freguês que circula pelas calçadas do local. Ao comparar com o antigo posto de trabalho (o mercado e os boxes) certos feirantes dizem que

“aquilo era muito sujo, fedorento. O banheiro era uma porcaria. Fedia a mijó. E o povo não quer entrar nesse tipo de lugar. A gente resolveu vir pra cá por que o povo não descia lá pro mercado [*referindo-se aos cinco degraus que separam o mercado—em baixo—da calçada—acima*] pra comprar. E também por que aqui tem mais espaço, é menos quente e o cliente passa toda hora. Está mais perto.”

Estas expressões encontraram sua contrapartida com o momento da ocupação efetiva do lugar na rua, pois muitos dos feirantes que hoje vivem no local estiveram presentes quando das incursões realizadas pelos fiscais da prefeitura que tentaram das mais variadas formas impedir a ocupação do mesmo. O RAPA, como era chamado o grupo de policiais e fiscais que desocupavam as feiras “ilegais” da cidade, ainda fragmenta muitos discursos, pois revela ao mesmo tempo o orgulho dos feirantes em ter superado aquela fase, onde lutavam (de fato) por um lugar na feira, e medo de virem a ser retirados a qualquer momento através de atitudes

violentas, que vem se justificando cada vez mais através das constantes obras promovidas pela prefeitura no local. Pontapés, agressões, confiscos de mercadoria são relatados com olhares e cabeças baixas.

No princípio desta investigação, onde eram necessários muitos *surveys*, fui rejeitado devido à manifestação de desconfianças por parte dos feirantes, que num primeiro momento abalaram meus objetivos diante da pesquisa. Era seguidamente confundido com fiscais, e isso me transformou de alguma forma num invasor, que veio do mundo exterior e formal para delatar as práticas que ali ocorriam. Todavia, com o passar dos dias e a contínua convivência ao longo dos anos nossa relação possibilitou desmistificar minha presença tornando-a não totalmente passível de confiança, mas menos suspeitosa.

Bem próximo dessa feira visualizamos um galpão, que é uma casa de shows famosa na cidade pelas festas de aparelhagem e pela biografia de seu dono. O Caldeirão como é conhecido é de propriedade do nordestino de origem cearense A.M., homem, que começou a trabalhar, segundo informações dos próprios feirantes, desde jovem vendendo coco na feira da Batista Campos junto com familiares entre eles o pai, dono da banca. Após alguns anos ele se deslocou para o Entroncamento, vindo a trabalhar na Prainha, onde passou a desenvolver a mesma atividade. Os habitantes do lugar afirmam que ele começou a montar a casa de show comprando e revendendo narcóticos. Wilson, que é conhecido no lugar pelo pseudônimo “careca das calcinhas” e “berimbau”, e que atualmente não trabalha mais na feira afirmava em meio a depoimentos, que A.M. andava armado e rodeado por “capangas”, já que era constantemente ameaçado em virtude dos “delitos” que cometia e dos supostos assaltos que realizava no centro da cidade. A.M. ainda possui um açougue que vez ou outra é fechado pela receita federal e vigilância sanitária, seja pela sonegação de impostos ou venda de carne estragada, que neste caso era confiscada.

Pode-se concluir com esta breve síntese etnográfica, que o espaço do Entroncamento resulta de alterações urbanas e sociais provocadas pelo tempo espacial e simbólico que se correspondem determinando o grau das vinculações e dos pertencimentos entre seus membros e destes no conjunto histórico de formação social deste espaço. Os personagens listados e alocados situacionalmente no cotidiano do lugar—e não só, neste caso fazem parte da vida de cada um que reconhece seu pertencimento ao pedaço—, constituem o escopo de uma série de regras, códigos e manifestações que reiteram o paradigma relativo à informalidade aqui pesquisada: a dimensão constitutiva do termo e sua inteligibilidade, haja vista que no caso presente se transforma numa estratégia cultural de sobrevivência aquém das especulações

formalistas tabeladas ortodoxamente pela economia contemporânea e pelo holismo metodológico (cf. CAILLÉ, 1998).

Espacialidades e Informalidade como dimensões estratégicas

“[...] o monumento representava a luta heróica da Cabanagem, aniquilada pelas forças da reação, mas ainda de pé memória do nosso povo. Será todo de concreto, com uma inclinação acentuada apontando para um ponto sem fim, representando o caminho da história, tendo ao meio, uma ‘fratura’, um pedaço do monumento que jaz ao chão, representando a ruptura do processo revolucionário da Cabanagem—a sua derrocada. Mas como a cabanagem continua viva na memória do povo paraense, o bloco continuará subindo para o infinito. Terá quinze metros de altura por vinte de comprimento. O museu-cripta que abrigaria os restos mortais de Batista Campos, Eduardo Angelim, Francisco e Antônio Vinagre e de Clemente Malcher, conterà cinco criptas e um vitral da artista plástica italiana Marianne Perretti, a mesma autora dos vitrais do Memorial a JK, em Brasília” (ROQUE, 2001)

Com este discurso foi apresentado o projeto de construção daquele que seria o maior monumento em homenagem ao povo cabano, redentor de uma era de revolução existente na cidade, e que surtiu efeito em diferentes locais do Estado quando dos anos de 1835 a 1840.

Os cabanos chegaram ao exercício de poder de fato, mas foram solapados pela emergência de um poder imperial que queria fazer valer sua firme bravata contra um povo nativo. Nativo, mas que não era de fato “dono do pedaço”. Este memorial é obra do arquiteto carioca Oscar Niemeyer, e repercutiu enormemente no cenário paraense do início da década de noventa. Contudo a localização da homenagem representava simbolicamente a expressão e o apreço dado pelo governo da época em relação àqueles momentos históricos (o do movimento e o do monumento). Em torno disso surge a seguinte indagação: por que construir uma obra que representa a memória do povo (entendido aqui como nativo) no espaço do Entroncamento, cenário que abriga um dos mais representativos quadros de periferização da cidade?

Para aprofundar nesta questão busquei respostas em outra obra arquitetônica, emblemática por sua natureza: o monumento em homenagem a Magalhães Barata. Localizado em São Brás, principal centro de saída e chegada interurbana da cidade, este monumento, conhecido por alguns habitantes da cidade como “chapéu do Barata” e/ou “nave espacial da Xuxa”, foi construído quatro anos após o término das obras do Memorial da Cabanagem. Sua arquitetura arrojada lembra a forma de um chapéu, principal símbolo do Intendente Magalhães Barata que governou o estado do Pará em duas oportunidades (uma delas no

período do Estado Novo varguista). Sua localização chamou-me atenção, pois divergia daquela na qual foi inserida o memorial cabano, cuja representação inunda de referências a lógica de classe abordada por Bourdieu (2003), no qual estilos de vida, olhares e sentidos inserem os grupos no campo de domínio da cidade espacial, política e simbolicamente falando.

O centro e a periferia, como estratégias de localização dos indivíduos, representam modos de vida, e mais que isso, histórias que se refazem, transformando as gerações de classe localizadas em periferias em excluídos eternos, tanto do ponto de vista social quanto político e econômico.

O governador e intendente ocupa virtualmente uma área privilegiada, cercada por monumentos modernos. Vigia quem chega e sai, pois mira seu olhar para o principal terminal rodoviário da cidade. Os cabanos (que ainda vivem na informalidade e/ou ocupam as fileiras rasas na hierarquia social) ao contrário, vêem (virtualmente) a cidade passar por eles, longe deles, e o máximo de vestígio que tem dela são os carros (seus anfitriões algozes), que poluem de barulho e monóxido de carbono a paisagem de sua periferia. Eles, no entanto ainda chamam atenção de olhares suspeitosos que passam perto dali e presenciam aquele objeto confuso, e de forma inveterada perguntam:

“O que significa aquilo? Porque ele aponta pro alto?”.

Quem mora no pedaço também não sabe, mas entende que no lugar onde está erguido o memorial nada foi feito durante anos para garantir sua manutenção e conservação . Restos mortais foram roubados, cristais quebrados, paredes pichadas. Meninos e meninas, mendigos e prostitutas, modificavam seu ambiente, dando á ele posturas performáticas as mais diversas. Durante anos, em meio a danças, sexos, drogas, pulos, banhos e corpos nus, o monumento se refez, expondo nos seus cantos as mais íntimas e públicas demonstrações de expressividade social. Diferentemente do que ocorria com outros patrimônios da cidade este, que não estava no centro, era principal “centro” de referências para aqueles que reproduziam historicamente uma geração de revolucionários do mundo suburbano. Ocupar este monumento é partilhar sua continuidade e para os meninos que cheiram cola uma aventura, pois infringe regras e modos de viver, mas também é a única saída para que não ficassem em casa (espaço da regra e da hierarquia [ver Damatta, 1997]) apanhando dos pais e tendo de “fazer as coisas”.

A informalidade que está no plano do cotidiano é neste aspecto uma invenção que surge no mundo do trabalho para separar, como o joio do trigo, aqueles que se inserem a lógica do capital daqueles que estão à margem ou ainda não compõem o jogo habitual das trocas “pós-modernas”, onde as relações “de verdade” estão configuradas pelas bolsas de

valores, pelo fluxo encapsulado de dinheiro (nas mãos de grandes empresas e organizações produtivas) e principalmente pela impessoalidade. Disto deriva que este termo é por demais polissêmico para que tratemos dele somente aos olhos de uma terminologia economicista de tradição ortodoxa e tabelar².

Noronha (2003) aponta para uma multiplicidade de sentidos e demonstra que o mesmo pode ser abordado por três vieses: econômico, jurídico e senso comum. Isso, segundo ele, deriva do contexto de análise, mas também de tradições culturais que se orientam ou não por uma tendência de contratos de trabalho formal/legal, que neste caso estão legitimadas pelos centros financeiros da economia. No caso da Amazônia onde está inserido o Entroncamento, o que se pode analisar a partir da obra de Sena (1999) é que este movimento informal está relacionado

as deficiências infra-estruturais (uma vez que a estrutura urbana implantada pelo governo federal mostrou-se insuficiente para absorver satisfatoriamente o crescente volume de população migrante) presente na cidade [que] impactaram diretamente no tipo de atividade produtiva que se desenvolveu (SENA, 1999. p. 196).

Enquanto estratégia, portanto, essa informalidade econômica vem se adequando a condições sócio-estruturais mais amplas e determinadas pela relação entre os sujeitos e o espaço, fundamentando regras de convívio e sociabilidades e ao mesmo tempo transformando um lugar de periferia em centro de referência para práticas comerciais típicas desenvolvidas entre aqueles que se identificam como pertencentes ao pedaço. Existe, portanto, uma identificação *no* lugar, onde se manifestam identidades, e que se diferenciam daquelas analisadas isoladamente, quando observadas do ponto de vista de quem trabalha informalmente nas ruas, pontos de ônibus (ou dentro deles vendendo mercadorias, como bombons, balas, chicletes, etc), na frente de lojas ou em esquinas movimentadas.

Considerações Finais

Desta forma alcançamos a inevitabilidade das condições econômicas que estão baseadas na relação constante e cotidiana de troca seja no mercado, na feira, na rua, no shopping, e que envolvem interações sociais manifestadas através das ações e dos gestos simples, como circular pelo bairro, onde ao percebermo-nos como parte integrante dele, reconhecemos quem vende, compra, rouba, mente, trabalha ou não é do lugar. Este tipo de reconhecimento, a mais evoluída das interpretações economicistas não desmancha.

Não desmancha porque como afirma Caillé, a partir da obra clássica de Mauss—*Ensaio Sobre a Dádiva*—,

a dádiva é [...] indissociavelmente “livre e obrigada” de um lado, e interessada e desinteressada do outro. Obrigada, pois não se dá qualquer coisa a qualquer pessoa, num momento qualquer ou de qualquer modo, sendo os momentos e as formas da dádiva de fato socialmente instituídos, como bem nota o holismo. Contudo, se se tratasse unicamente de mero ritual e pura mecânica, expressão obrigatória de sentimentos obrigados de generosidade, então nada ocorreria na verdade, já que, mesmo socialmente imposta, a dádiva só adquire sentido numa certa *atmosfera de espontaneidade*. É preciso dar e retribuir. (CAILLÉ, 1998. p. 14. grifo meu)

Essa linha de pensamento na qual o autor está inserido e que é chamada heterodoxa ou substancialista (MOTT apud FERRETTI, 2000) é constituída por cientista sociais, principalmente aqueles de tradição antropológica, como Amartya Sen, Godbout e Sahlins, que passaram a viabilizar o processo de pensamento econômico moderno sem universalizar, categorizando, certos conceitos, elementos e características que estão inseridos na dinâmica dos grupos sociais estudados, onde estratégias e rearranjos culturais subvertem a ordem dual e assimétrica do sistema “mundial” dito capitalista.

Percebe-se através desse primeiro contato com o desconhecido movimento econômico informal que neles são criados laços de sociabilidade, onde redes sociais são identificadas a partir de Caillé como

conjunto de pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. (id. p. 17)

Portanto, podemos considerar que estes aspectos ainda são mais fortes e consistentes do que aqueles usados para fazer massas e formar o concreto existente nos prédios, monumentos e avenidas do Entroncamento. Neste caso a informalidade deixa de ser somente ocupacional, e transforma-se noutras manifestações de pensamento que abrangem categorias analíticas de expressão espontânea de sociabilidade, solidariedade e reciprocidade. Sem isso o movimento e a peculiar manifestação do lugar não estariam preenchidos e a vida estaria invariavelmente determinada pelas lógicas impessoais e exteriores do mercado e sua tradiçionalidade ortodoxa.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, B. Práticas e representações n transferência de patrimônio familiar: o caso da feira da Prainha In: VII Jornada de Jóvenes Investigadores em Ciências Antropológicas: Buenos Aires: Cuaderno de Resumos. Buenos Aires, 2006.
- BAUMAN, Z. Modernidade e Ambivalência. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). Cultura Global - Nacionalismo, Globalização e Modernidade. Rio de Janeiro, Vozes, 1990,
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de Classe e Estilos de Vida. In. ORTIZ, R. (Org.). A Sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho d'Agua. 2003.
- CAILLE, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.
- CONRADO, M. & ALENCAR, B. O meu pedaço é na Prainha: conflitos e espacialidades de uma feira paraense. In: ALA (Primeiro Congresso Latinoamericano de Antropologia: Anais do Congresso. Rosário, 2005).
- DAMATTA, R. A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MAGNANI, J. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, vol. 35, 1992.
- MOTT, Luiz. 2000 Feiras e mercados: pistas para pesquisa de campo. In: FERRETTI, Sérgio (Org.). Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados. São Luiz. Edições UFMA; PROIN (CS).
- MUNFORD, L. A cidade na história. São Paulo: Martins Fontes, 1998
- NORONHA, Eduardo G. 2003 "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 53. São Paulo, ANPOCS
- ROQUE, C. História de Belém e do Grão-Pará. Belém: DistribeL, 2001.
- SENA, A. Dimensões da informalidade em Belém. Cadernos do NAEA, vol. 2, n.2, Belém, Universidade Federal do Pará, 1999.
- VEDANA, Viviane. É só uma real! Performatividade do comércio informal de alimentos no Largo Glênio Peres em Porto Alegre. Porto Alegre: Banco de Imagens e Feitos Visuais-PPGCS/UFRGS, 2005.

¹ Moral que não é a abordada pela filosofia neoclássica de Rousseau e Kant, mas aquela expressa através de um poder referente a hierarquia estrutural do grupo, que pode se dar através de ingredientes de ordem física e/ou de personalidade.

² Com base em algumas das principais referências sobre o assunto, a informalidade, pressupõe ser tratada por meio de inúmeros gráficos e tabelas. Ao longo desta pesquisa foi possível verificar que muitas delas não traduzem contextos que englobam transformações muito mais sutis do que “evoluções ou decréscimos anuais do número de desempregados vivendo em estado de informalidade”.